

## RESENHA

GALDINO, Lúcio Keury Almeida. *Roraima: da colonização ao estado*. (Tomo I), Boa Vista: Editora da UERR, 2017. 76 p.

Em 2017 foi publicado a obra *Roraima: da colonização ao estado*, livro significativo para o estado de Roraima ao contribuir amenizando o hiato na literatura sobre nossa formação Geo-histórica. O autor, Lúcio K. A. Galdino é Mestre e Doutor em Geografia, graduado em História, Filosofia e Geografia. É professor doutor na Universidade Estadual de Roraima. A obra apresenta um amplo estudo sobre o estado de Roraima agregando informações à incipiente literatura sobre este rincão. A descrição da história envolve os povos indígenas em cada um dos seis períodos geo-históricos propostos. O texto é convidativo e induz à reflexão, sobretudo pela qualidade de sua textura. O recorte temporal inicia-se em 1639 com a expedição de Pedro Teixeira e finaliza em 1988 com a criação do estado de Roraima pela Carta Magna do Brasil.

No primeiro capítulo a obra explica a formação etimológica do nome Roraima que carrega consigo significado linguístico indígena: Roro-Imã, “mãe dos ventos”. As primeiras linhas ambientam o leitor quanto aos aspectos geográficos de Roraima, e conceitua termos que estarão presentes no decorrer dos capítulos. Introduce sucintamente de que modo ocorreu a - violência contra os indígenas nativos das Américas por meio da trágica conquista do “Novo Mundo”, efetuada pelos povos europeus. O primeiro capítulo descreve o período de 1639 a 1778, com a criação do Forte São Joaquim

O autor exemplifica barbáries ocorridas para sufocar as revoltas indígenas, citando fatos que envolveram os Tupinambá, Goitacá, Caeté, Potiguará, Pataxó, Tupiniquim. O capítulo finaliza com uma crítica a respeito do processo de colonização.

---

\*Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Há uma revisita na história na qual ficou registrado por diversas vezes o quanto os colonizadores agiram com truculência contra os indígenas tentando forçar um projeto de civilização forçada, por meio da escravização e muitas vezes do extermínio.

Na tese de doutorado que origina o livro, e ainda de forma mais contundente no livro, o autor diz que naquela época havia a ideia de que o estado brasileiro deveria dar a oportunidade aos índios de constituir uma sociedade civil organizada e catequizada, essas ideias se materializam na Constituição de 1823 e influenciam o Regulamento das Missões de 1845. Também, era pertinente uma necessidade de defesa do território nacional, em especial a imensa região amazônica. Em 1909 foi realizado em São Paulo e Rio de Janeiro um debate público sobre o futuro dos índios e da colonização no Brasil, e foi nesse contexto que surge o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPLTN, sendo que em 1918 esse serviço passou a chamar-se Serviço de Proteção aos Índios - SPI, nomenclatura que perdurou até 1967 quando é criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, que iria gerir as questões indígenas daí por diante.

O segundo capítulo aborda o período de 1778 a 1830. Apresenta uma imersão profunda na história da colonização da região do Rio Branco e sua formação territorial convidam o leitor a uma viagem pela história, em que nações estavam em busca da hegemonia política. Interessante conhecer um pouco da terceira década do século XVII quando da expedição do Capitão Pedro Teixeira na Bacia do Rio Negro, de onde surgem os primeiros relatos sobre o Vale do Rio Branco, banhado pelo rio Queceuene nome dado pelos indígenas, ou Rio Branco como batizou o próprio capitão.

O autor segue historiando, mostra-nos o Forte São Joaquim junto à confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, edificado pela Coroa Portuguesa por medida de proteção das terras conquistadas. O livro relata a formação das Fazendas Nacionais, sendo três com maior importância: São Bento (1789), São Marcos (1794) e São José (1799), fala das tentativas de aldeamentos, onde por maus tratos ou desrespeito aos costumes culturais os indígenas apresentaram resistência. Com a Fazenda Boa Vista ao comando do oficial Inácio Lopes Magalhães, a migração do nordestino, o aumento de indígenas no aldeamento e desenvolvimento da criação bovina, surge o embrião do que seria futuramente a cidade de Boa Vista.

No terceiro capítulo há os principais eventos dentro da linha do tempo entre (1830-1890), assim é que por meio deste capítulo apresenta-se uma divisão tripartite. Na primeira fala-se da Fazenda de Boa Vista (1830). Na segunda relata-se o

surgimento da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo (1858). Na terceira (em 1890) descreve-se a criação do Município de Boa Vista. Nesse momento o Brasil estava sentindo os efeitos da Proclamação da República (1890).

No quarto capítulo, o autor remonta a construção dos caminhos da formação de Roraima. O período descrito começa no ano de 1890 discorrendo desde a criação do município de Boa Vista e encerra em 1943 com a criação do Território do Rio Branco. O texto fala sobre o período dentre 1890 e 1920. Nesse período houve grande produção de borracha no estado do Amazonas, assim a pecuária foi a principal atividade econômica local e responsável por abastecer o estado vizinho.

O quinto capítulo apresenta o período de 1943 a 1962 que foi marcado no cenário mundial pela II Guerra, e no contexto doméstico pelo período do Estado Novo com Getúlio Vargas. Foi nesse período que houve uma forte política nacionalista de povoamento da Amazônia com o fim de desenvolver a região e protegê-la. O Capitão Ene Garcez foi o primeiro governador nomeado, responsável pelos primeiros passos do novo ente federativo, o Território Federal do Rio Branco. O capítulo relata também sobre a urbanização da cidade de Boa Vista, e em especial sobre o seu traçado urbanístico, feitos pelo arquiteto Darcy A. Derenusson.

O sexto e último capítulo descreve o período de 1962 a 1988. O contexto histórico nacional era o do governo de regime militar. Nesse período a Amazônia é inserida no processo de intensificação em prol da integração nacional, e o Território do Rio Branco muda de nome para, *território de Roraima*. O autor apresenta alguns dados demográficos e, também, sobre a origem e emancipação dos municípios, bem como o crescimento das cidades. O capítulo aborda sobre alguns projetos do Governo Federal direcionados para colonização e integração da Região Norte e em Roraima. No Projeto de Assentamento Dirigido (PAD Anauá) ao longo da BR-174, foram assentadas 1.690 famílias no ano de 1981, no Projeto de Colonização do Apiaú foram assentadas 2.000 famílias do Centro-Sul com experiência agropastoril, houve ainda o Projeto de assentamento Jatapú e Projeto de Assentamento Rápido (PAR) em Baraúna e Jauaperi, estes dois últimos com cerca de 1.744 assentados.

As letras distribuídas no livro com generoso bom gosto conduzem o leitor a uma vantajosa compreensão sobre a temática. Ciente de que buscar saberes é um passo acertado e deleite para mente, eu recomendo a leitura do livro *Roraima - da colonização ao estado (tomo I)*.